

## Das origens ao Séc. XII



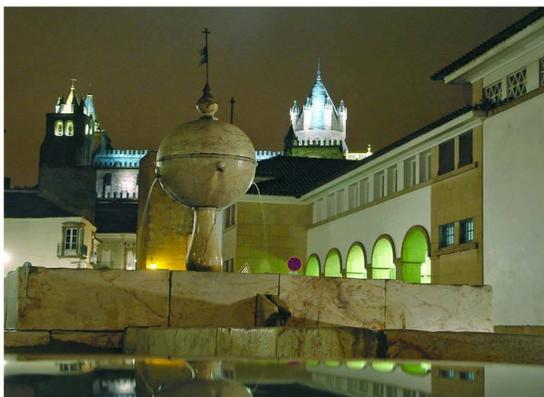
Templo Romano

## Do Séc. XII ao Séc. XVI



Catedral de Santa Maria

## Évora do Renascimento



Fonte Henriquina



Fonte : Itinerários Históricos  
Câmara Municipal de Évora  
1997



Universidade de  
Évora

## Évora Património Mundial



Com o apoio da Câmara  
Municipal de Évora

## Das origens ao Séc. XII

São até hoje desconhecidos na área urbana de Évora, mesmo na “acrópole” que corresponde ao seu núcleo original, vestígios arqueológicos anteriores à “romanização” embora vários indícios, entre eles o próprio nome de “Ébhora” e a sua localização estratégica, fundamentem a hipótese de uma origem mais antiga. A sua integração na estrutura administrativa romana, nomeadamente com a elevação à estrutura de “*municipium*” sob o nome de *Ebora Liberalitas Julia*, só ocorreu com a expedição de Júlio César à Península Ibérica. Após dois séculos de guerras, a *Pax romana* criou finalmente as condições que permitiram ao Imperador Augusto lançar a grande reforma administrativa na Ibéria. Foi certamente neste contexto que se traçaram as traves mestras do urbanismo da Évora romana, então integrada na Província da Lusitânia, e se fundaram os seus principais edifícios públicos de que, no entanto, com exceção do Templo Imperial e das Termas Públicas, poucos vestígios se conservam até hoje. No séc. III a instabilidade do Império e as primeiras invasões bárbaras conduzem à fortificação das cidades e Évora, que recebe então a sua primeira muralha, a chamada “cerca velha”, não foi exceção. Com a posterior degradação do Império, assolado por novas vagas de invasores germânicos, a cidade parece entrar num longo período de letargia, sendo raros os vestígios arqueológicos que documentem a época do domínio visigótico. A partir da época Islâmica, mais uma vez beneficiando da sua estratégica localização, Évora recupera importância económica e política. As suas muralhas são comprovadamente reconstruídas e sobre as ruínas dos edifícios públicos da velha acrópole romana instalam-se o “alcacer” e a “mesquita”. A malha urbana densifica-se, escondendo a sua matriz ortogonal romana para se tornar convergente ou radial, em função de novas formas orgânicas de habitar, características que ainda hoje conserva no seu centro histórico. Com a conquista e integração definitiva no reino de Portugal (1165), a nova Catedral substitui a Mesquita e o Castelo, que integrava já as ruínas do Templo Romano, Évora conhece então novos Senhores.

## Do Séc. XII ao Séc. XVI

As origens de Évora ligam-se a um passado longínquo, anteriores à romanização. No entanto, é após a reconquista que assistimos ao seu crescimento em termos urbanos e monumentais, o que a levará, na transição do séc. XV para o séc. XVI, a ser considerada a 2.<sup>a</sup> cidade do País, residência quase permanente da corte e estância diletta de reis, nobres, artistas e pensadores. Após a reconquista, o seu espaço é precisamente o mesmo, quer da cidade romana, quer da muçulmana. Assim será a partir deste primitivo núcleo, que será inicialmente o seu centro vital, que Évora irá crescer, extravasando para fora da primitiva muralha, com a consequente criação de arrabaldes, que passarão posteriormente a fazer parte integrante dela. Todavia é na zona do antigo fórum romano e da alcáçova muçulmana que se erguerão alguns dos edifícios mais marcantes da cidade — a Sé, o primitivo edifício dos Paços do Concelho e o Açougue instalado no templo romano, readaptado para esse fim, bem como alguns dos palácios mais antigos da nobreza local. Mas, tendo a expansão da cidade nesta fase da Idade Média transbordado largamente os seus primitivos limites — o que é comprovado até pela construção de um novo circuito de muralhas no séc. XIV, ir-se-á verificar que Évora crescerá a partir das portas da primitiva cerca. Outros elementos geradores de urbanidade são, entretanto, introduzidos nesta cidade, como é o caso dos mendicantes. Acrescenta-se ainda a construção da judiaria, ocupando no quadro urbano uma posição privilegiada, graças ao seu papel dinamizador do ponto de vista económico, e a mouraria, que se situava numa posição inequivocamente periférica, que se coadunava com a marginalidade económica e social, imposta às comunidades mouras. Demonstrando a vitalidade desta nova zona da cidade, o Palácio Real de S. Francisco, símbolo da função real de Évora, não irá situar-se no núcleo mais antigo da cidade, mas sim na zona do convento de S. Franciscano. Na viragem do séc. XV para o XVI, o traço mais característico em termos urbanos será a contraposição entre o poder temporal e espiritual, a nível de localização espacial. Deparamos, com um centro nitidamente religioso, marcado pelos edifícios da Sé e Paço Episcopal, que será reforçado na segunda metade do séc. XVI através do Palácio da Inquisição e do Inquisidor-Mor, localizado no antigo centro urbano de Évora. Paralelamente, um centro de poder temporal, marcado pelos edifícios dos Paços do Concelho, Cadeia, Pousada Real dos Estáus, incluindo até os novos açougues, situado na Praça Grande, parte nova da cidade.

## Évora do Renascimento

Um centro regional no fim da Idade Média tornou-se em poucos anos pela acção de seus bispos e a participação popular no esforço da expansão, num dos maiores focos culturais e artísticos do século XVI. Évora condensa I século de história de Portugal e chegou a ser vista como a capital do país. Se já D. João II dera mostras de favor régio, com a fundação de S. Francisco, as épocas seguintes confirmaram essa preferência — que dera uma clara opção estratégica — imprimindo à cidade a feição viril de lugar do poder, ainda bem patente nos seus monumentos e na própria paisagem urbana. Da Évora *manuelina* destaca-se a acção de D. Manuel (1495-1521) de atrair famílias das mais alta nobreza, em vez de na sua Beja de origem, de cujos palácios (Cadaval, Castro, Vimioso, Gama, Cordovil, Garcia de Resende, etc.) restam ecos dum estilo de vida mais civilizado e elegante, o luso-mourisco ou “mudéjar”, e o panteão aristocrático do convento jerónimo do Espinheiro. O Rei reservou-se o Castelo Novo (1518), já de inspiração renascentista, e atraiu artistas e obras, hoje no Museu Distrital e Sé. Mas seria D. João III (1521-57), com o mecenato guiado pelo célebre humanista André de Resende, quem deu o impulso decisivo à renovação da pseudo-colónia romana. Valorizada com obras públicas dignas duma capital, qual Nova Romana, a urbe viu as primeiras construções renascentistas de iniciativa oficial, em estilo ainda inicial (uma delas destinada, em vão, a panteão régio) e acolheu uma corte de poetas latinos e artistas de vanguarda, como o escultor Nicolau Chanterene e o teórico Francisco de Holanda. Desse clima estimulante emergiu o Alto Renascimento, na pintura de Gregório Lopes e Diogo de Condeiras (1550-60: frescos épicos no Paço Ducal de Vila Viçosa) e uma directa influência italiana na arquitectura, em audaciosas composições geometrizes como as de Manuel Pires. Desde 1537, porém, a corte havia abandonado a cidade, deixando-a entregue ao poder crescente dos arcebispos e da Contra-Reforma. O Cardeal Infante D. Henrique funda uma Universidade para os Jesuítas (1559, por M. Pires e Afonso Álvares), bem como o anexo Colégio e Igreja do espírito santo (1566), as quais reagem contra o livre Humanismo promovendo um gosto despojado e liso (“estilo chão”) que combina uma alta sofisticação intelectual com o rigor do dogma. Dessa nova conjuntura, em que a Filosofia neo-medieval foi rainha e a arte reduzida a instrumento, resta um conjunto notável de obras de arte que fazem de Évora a verdadeira “capital do estilo chão”: do polo colegial à urbanização do convento de St<sup>a</sup> Helena do Monte Calvário (A. Álvares e Mateus Neto, 1570) e à Praça do Giraldo, frente à matriz de Santo Antão (M. Pires, 1557), onde Afonso Álvares demoliu sem mercê um belo pórtico romano para desafogar a fachada e a fonte (1570). Foi o virar da página para um Classicismo seco, duro e austero — que, no entanto, não impediu as liberdades maneiristas como frescos frescos profanos e até eróticos (Palácio de S. Miguel, pelo flamengo Francisco de Campos, 1578) ou as iniciativas europeístas de Filipe II (Cartuxa, pelo italiano Pe. Casale, 1590) — significando uma mudança de rumo, patente no escurialesco convento carmelita de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Remédios (Francisco de Mora, 1605), que o domínio espanhol só faria acentuar.